

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS****Termo de Referência****1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na execução de serviços de inspeção e manutenção nas mangueiras de incêndio, para a realização de teste hidrostático nas mangueiras em uso no Edifício Sede da ANTAQ, conforme descrição e quantitativos discriminados no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSERV	QTDE
1	Mangueira de incêndio tipo 1.1/2" – 15m	3662	34

1.2. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a retirada das mangueiras das dependências da CONTRATANTE, inclusive a devolução e o ônus do transporte dos equipamentos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do objeto visa assegurar as condições mínimas exigidas para uso das mangueiras de incêndio e atender à solicitação da Brigada de Bombeiro Civil da Sede da ANTAQ, serviço prestado por meio do Contrato CONT-SAF-ANTAQ/Nº 04/2017 (SEI 0220921).

2.2. A Brigada, em 11 de agosto de 2020, enviou Solicitação de teste hidrostático nas mangueiras do Edifício Sede da ANTAQ (SEI 1115918) e solicitou o cumprimento do disposto na Norma Técnica nº 004-CBMDF e na Norma ABNT NBR 12779/2004, as quais fixam os requisitos mínimos exigíveis quanto à inspeção, manutenção e cuidados necessários para manter as mangueiras de incêndio aprovadas para uso.

2.3. O último teste hidrostático realizado nas mangueiras do Edifício Sede da ANTAQ ocorreu em setembro de 2019. As normas citadas acima determinam que a frequência de manutenção seja de 12 meses para edifícios comerciais.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto deste Termo de Referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a lei nº10.520/2002 e do decreto nº 5.450/2005, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade pregão ou por dispensa de licitação, respeitado o definido no art. 24, inc. II da Lei nº 8666/93.

4. ESTIMATIVA DE PREÇO

4.1. A pesquisa de preços foi realizada mediante a utilização dos parâmetros descritos no Art. 2º, da IN nº 03/2017, que alterou a IN nº 05/2014, que tratava dos procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

4.2. A pesquisa no Portal de Compras Governamentais, objeto do Inciso I, da IN citada no Subitem anterior, resultou vazia tendo em vista não haver identificação no portal do Pannel de Preços, sítio <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>, de contratação de empresa com as mesmas características específicas.

4.3. Diante disso e conforme o Inciso IV da mesma IN, foi feita pesquisa com fornecedores para definir a estimativa do preço praticado no mercado. Adotou-se o menor dos valores da pesquisa como metodologia para a estimativa desse preço.

5. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão executados conforme cronograma a ser estipulado pela Brigada de Bombeiro Civil da Sede da ANTAQ.

5.2. O procedimento de retirada e devolução das mangueiras de incêndio das dependências da CONTRATANTE será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive o ônus do transporte e a responsabilidade por reparo ou substituição, em caso de avarias ou danos em geral.

5.3. As mangueiras de incêndio, que serão objeto do serviço de manutenção preventiva e corretiva, deverão ser coletadas e devolvidas pela CONTRATADA no imóvel da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, localizado na SEPN - Quadra 514 - Conjunto "E" - Edifício ANTAQ – CEP 70760-545 – Asa Norte - Brasília/DF.

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo representante da Equipe da Brigada de Bombeiro Civil da Sede da ANTAQ, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.3. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pela Equipe da Brigada de Bombeiro Civil da Sede da ANTAQ, até 5 (cinco) dias subsequentes ao recebimento provisório, após a verificação das mangueiras de incêndio e consequente aceitação mediante a emissão de Declaração de Conformidade de Execução de Serviços, de acordo com o modelo do Anexo I.

6.4. Em a hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;
- 7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- 7.6. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, ao local em que deverão entregar os materiais;
- 7.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 8.1.1. Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao serviço realizado, condições e prazo de garantia ou validade;
 - 8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 8.1.6. Cumprir rigorosamente todas as disposições das Normas Regulamentadoras, promovendo medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os EPIs necessários e compatíveis com as funções por eles desenvolvidas, fiscalizando seu uso obrigatório e exigindo-lhes que cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

- 8.1.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega do material;
- 8.1.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 8.1.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 8.1.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega dos materiais;
- 8.1.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 8.1.14. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- 8.1.15. Responsabilizar-se por prejuízos causados à Contratante, em virtude do descumprimento de sua parte das condições constantes deste Termo de Referência;
- 8.1.16. Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e/ou outros bens de propriedade da Contratante, ou de terceiros, causados por seus funcionários.

9. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do presente objeto.

10. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- 11.1. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:
 - 11.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
 - 11.1.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de

menor toxicidade;

11.1.3. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

11.1.4. Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o Art. 6º da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. Cometer fraude fiscal;

12.1.6. Não manter a proposta.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

12.2.2. Multa de:

12.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

12.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

12.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

12.2.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

12.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3, 12.2.4 e 12.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03

4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

Declaro, na presente data, que os serviços de inspeção e manutenção nas mangueiras de incêndio, para a realização de teste hidrostático nas mangueiras em uso no Edifício Sede da ANTAQ foram concluídos conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

Data: ____/____/____

Nome e assinatura do
Responsável pelo recebimento dos materiais



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Alves de Santana, Analista Administrativo**, em 17/08/2020, às 23:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Armando Soares de Moura, Profissional de Nível Médio Suporte IV**, em 18/08/2020, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1115920** e o código CRC **480C01CE**.

Referência: Processo nº 50300.014788/2020-87

SEI nº 1115920